

■ POLÍTICA

scalla fm 95,7

SINTONIA QUALIFICADA

Polêmica para aprovar nome de embaixador

Em sessão secreta, senadores garantem a indicação de diplomata acusado de servir à ditadura militar e perseguir exilados no Chile

por Mônica Yanakiew
de Brasília

Numa das sessões mais longas já ocorridas para designar embaixadores no exterior, o Senado Federal aprovou ontem, em sessão secreta, o

nome do diplomata Fernando Antônio de Oliveira Santos Fontoura para chefiar a embaixada do Brasil na República Dominicana. Ele foi acusado pelo senador José Serra (PSDB-SP) de ter não apenas servido à ditadura

militar na década de 70, como de ter tomado ações para prejudicar dos exilados brasileiros no Chile.

A sessão foi concorrida, com a presença de 79 dos 81 senadores. O nome de Fontoura foi aprovado por 46 votos

à favor e 28 contra, depois de um bate-boca entre os senadores Roberto Freire (PPS-PE) e o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Normalmente os nomes de embaixadores são levados ao Senado e aprova-

dos em sessões que não passam de mera formalidade. Nesse caso, o nome de Fontoura causava tanta polêmica que o senador Espiridião Amin (PPB-SC) apresentou um requerimento para que a votação fosse adiada e a questão

fosse novamente submetida à Comissão de Relações Exteriores.

O argumento de Amin era que quando a comissão aprovou o nome de Fontoura, Serra não havia feito ainda a denúncia das ações do então secretário da embaixada do Brasil no Chile entre 1969 e 1971. O requeri-

mento foi quase aceito, com apoio de 34 parlamentares. Mas no final, 36 senadores presentes resolveram decidir logo a questão e rejeitaram o pedido.

Foi o senador Serra que apresentou as razões contra a designação de Fontoura para a embaixada. Ele lembrou que, estando exilado no Chile, teve muitas dificuldades para conseguir um passaporte, o que era até natural naquela época. Mas Serra se queixa do fato de, depois de ter conseguido o documento, ter sido preso na Venezuela graças às denúncias de Fontoura de que seu passaporte era falso.

Os defensores da aprovação de Fontoura argumentavam que os acontecimentos de uma época em que tanto o Brasil quanto o Chile eram governados por militares já fazem parte da história e que a Lei da Anistia, da década de 70, colocou um ponto final nos antigos conflitos. Votar contra a aprovação de Fontoura, opinava este grupo, significaria uma nova punição e o desrespeito a uma legislação anteriormente aprovada.

A discussão se deu quando o senador Freire pediu uma questão de ordem, para dizer que o que estava em jogo não era um novo julgamento de atos cometidos durante a ditadura, mas sim a prerrogativa do Senado para decidir quem tem ou não condições de representar o Brasil no exterior. "Votar contra não é punição, se fosse para que temos Senado?", disse Freire.

O senador Antônio Carlos negou a questão de ordem e, segundo Freire, disse: "Você não vai falar". "Vou sim", retrucou Freire caminhando de seu assento até a mesa.

Se a sessão não tivesse sido secreta, Antônio Carlos poderia ter encerrado a discussão aumentando o volume de seu microfone e cortando o som do de Freire. Mas em sessões deste tipo o sistema de som não é utilizado. Ganha quem fala mais alto. E Freire, apesar de não ter conseguido convencer a maioria do plenário, disse o que queria.